



Revista
Tópicos Educacionais

Revista Tópicos Educacionais

E-ISSN: 2448-0215

revistatopicoseducacionais.ce@ufpe.br

Universidade Federal de Pernambuco

Brasil

Xavier Silva, Fernando

O TERCEIRO SETOR E A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA: O CASO DO
INSTITUTO AYRTON SENNA

Revista Tópicos Educacionais, vol. 24, núm. 2, julio-diciembre, 2018, pp. 102-118

Universidade Federal de Pernambuco

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672770877008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Revista

Tópicos Educacionais

ISSN: 2448-0215 (VERSÃO ON-LINE)

O TERCEIRO SETOR E A NOVA PEDAGOGIA DA HEGEMONIA: O CASO DO INSTITUTO AYRTON SENNA

The Third Sector and the new pedagogy of hegemony: the case of the Ayrton Senna Institute

Fernando Xavier Silva
Universidade Federal de São Paulo-USP
fernando_xs@hotmail.com

Resumo

O objeto de estudo são produções acadêmicas sobre o Instituto Ayrton Senna (teses, dissertações e artigos) publicadas no período de 2002 a 2015. O objetivo do trabalho foi identificar características e contribuições da produção acadêmica sobre o IAS, com foco nas análises dos resultados e conclusões dos trabalhos que compuseram o escopo da pesquisa. O conjunto de trabalhos analisados foi coletado em repositórios e bancos de teses e dissertações de instituições de ensino superior a partir dos descritores *Instituto Ayrton Senna*, *Fundação Ayrton Senna* e *IAS*. A partir dessa busca, selecionaram-se 64 trabalhos, dentre os quais 24 dissertações, seis teses e 34 artigos. Concluiu-se que a maioria das pesquisas analisadas indica que as parcerias entre o IAS e instituições públicas de ensino são parte de uma política mais ampla de redefinição do papel do Estado em relação aos direitos sociais.

Palavras-chave: Revisão sistemática bibliográfica. Instituto Ayrton Senna. Terceiro setor. Parcerias público-privadas.

Abstract

The object of study is the academic production (theses, dissertations and papers) published from 2002 to 2015 about Institute Ayrton Senna. The objective was to identify characteristics and contributions of academic production on the IAS, focusing on the analysis of the results and conclusions among the works in the scope of the search. The analyzed set of works was collected in repositories and databases of theses and dissertations from higher education institutions following the descriptors “Instituto Ayrton Senna”, “Ayrton Senna Foundation” and “IAS”. The result of this search was a set of 64 selected works, with 24 dissertations, 6 theses and 34 papers. After the reading, the general contributions were analyzed and expressed in the results and conclusions of the research. In conclusion, most of the analyzed research indicates that

partnerships between IAS and educational public institutions are part of a broader policy of redefining the State's role in relation to social rights.

Keywords: Systematic literature review. Instituto Ayrton Senna. Third sector. Public-private partnerships.

Vera Maria Candau (2002) identificou um processo de transformação a partir da inserção na educação pública do *ethos* empresarial representado pela busca de eficiência, eficácia e produtividade, os quais trouxeram para o âmbito educacional dos países latino-americanos a lógica da competitividade contrapondo o viés humanista-progressista. De acordo com Lúcia Maria Wanderley Neves e André Silva Martins (2010), a terceira via e o neoliberalismo como elaborações teóricas ultrapassaram o *locus* de onde foram criadas “para integrar-se direta ou indiretamente a processos políticos mais complexos de afirmação do novo projeto hegemônico em diferentes formações sociais” (MARTINS; NEVES, 2010 p. 23).

A terceira via é uma estratégia do projeto neoliberal que visa difundir a nova pedagogia da hegemonia por meio da formação do consenso das classes subalternas a esse projeto, e implica despolitizar a política ao reconfigurar a sociedade civil na conciliação entre o mercado e a justiça social. Para a formação do consenso, os intelectuais representantes dos interesses das classes hegemônicas procuram difundir reformas intelectuais e morais do aparelho do Estado à sociedade civil, seja por intermédio de organismos internacionais como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), ou de intelectuais do meio acadêmico.

As reformas do aparelho do Estado implementadas nos decorrer dos anos 90 desregulamentaram os serviços de interesse público prestados em parceria com o Estado através das organizações sociais que foram progressivamente amparadas por leis que definiram seu poder de atuação. Foi instituído, com a Lei nº 9.637/98 (BRASIL, 1998) o Programa Nacional de Publicização, por meio do qual as organizações sociais foram regularizadas e definidas como

peças jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos os requisitos previstos nesta Lei (BRASIL, 1998, art. 1º).

Essas entidades da sociedade civil que executam atividades de interesse público podem ser caracterizadas como componentes do chamado terceiro setor. No terceiro setor encontram-se fundações, associações comunitárias, entidades assistenciais, filantrópicas, organizações não governamentais (ONGs), associações empresariais, dentre outras, tendo como foco de atuação serviços públicos de responsabilidade não exclusiva do Estado.

A solução seria descentralizar os serviços e fomentar a participação da sociedade civil no planejamento e execução deles. Ademais, a inflação e a crise fiscal foram tidas como efeito da presença do Estado no setor produtivo (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 2). É esse o contexto sociopolítico em se desenvolveu o IAS e ao qual ele foi parte constituinte.

O Instituto Ayrton Senna e o terceiro setor

O IAS, juridicamente definido como uma organização social, com razão social de instituto, faz parte de uma gama de iniciativas privadas que emergiram já na primeira metade da década de 1990 e a partir de circunstâncias históricas favoráveis tiveram cada vez mais espaço nas políticas públicas voltadas para a educação.

Ao assumir tarefas do Estado, o Instituto Ayrton Senna, após insistir em seus mais de vinte anos de existência na ineficiência do poder público em superar os problemas educacionais, instituiu mecanismos de controle que vão desde a reestruturação das secretarias municipais e designação de coordenadores com experiências de gestão, ao acompanhamento, avaliação e treinamento do trabalho do gestor e do professor. Um ônus do “bônus”, como exemplo, podemos citar o SIASE (Sistema Instituto Ayrton Senna de Informações), que é um banco de dados sobre o desempenho dos alunos, dos professores e dos gestores. É um medidor de produtividade escolar, que além de tudo não é publicizado, desvirtuando as conquistas sociais referentes à ampliação de controle social dos gastos públicos e das informações sobre eles.

Essa organização não governamental e sem fins lucrativos, tem por meta principal “levar educação de qualidade para as redes públicas de ensino no Brasil. Atua em parceria com gestores públicos, educadores, pesquisadores e outras organizações para construir soluções concretas para os problemas da educação básica.” Realizou também um Fórum em 2014 numa parceria com o MEC e com a OCDE reunindo parte da *intelligencia* internacional envolvida com a educação de seus países para discutir “como preparar jovens para os desafios socioeconômicos do século 21”.

O Instituto Ayrton Senna foi fundado em 1994, a partir da iniciativa da família Senna após a morte do piloto de Fórmula 1. Desde então, o IAS cria ao longo dos anos “soluções educacionais [...] que se traduzem em políticas e práticas flexíveis que se adaptam a diversos contextos e efetivamente impactam a aprendizagem dos estudantes em grande escala” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2016).

Esses programas são apresentados como soluções para os problemas educacionais, principalmente das séries iniciais do ensino fundamental I (Acelera Brasil, em 1997 e Se Liga, em 2001), mas também para o ensino fundamental II (Fórmula da Vitória, em 2009) e o médio (Solução Educacional para o Ensino Médio, em 2013). Também foi criado projeto direcionado à melhoria da gestão escolar (Gestão Nota 10, em 2005) e os Programas Educação pela Arte e Largada 2000 (1999), SuperAção Jovem e Circuito Campeão (2003), além de programas de inclusão digital, como o Comunidade Conectada (2005) e o Escola Conectada (2005). A meta do IAS é “levar educação de qualidade para as redes públicas de ensino no Brasil. Atua[r] em parceria com gestores públicos, educadores, pesquisadores e outras organizações para construir soluções concretas para os problemas da educação básica” (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2016). A partir disso o Instituto realizou parcerias com diversos tipos de profissionais, empresas, níveis de governo etc.

Quadro 1 – Programas desenvolvidos pelo Instituto Ayrton Senna

Ano de início	Programa	Programas analisados
1995	Educação Pelo Esporte	X
1997	Acelera Brasil	X
1999	Educação pela Arte	-
1999	Largada 2000	-
2000	Escola Campeã	X
2001	Se Liga	X
2003	Circuito Campeão	X
2003	SuperAção Jovem	-
2005	Comunidade Conectada	X
2005	Escola Conectada	-
2005	Gestão Nota 10	X
2009	Fórmula da Vitória	X

Fonte: o autor, com base em dados da pesquisa (2016).

Nos anos 2000 construiu parâmetros para políticas públicas dos estados e auxiliou no cumprimento de certas demandas. Atuando em todas as frentes, o IAS adotou também a educação integral como um de seus objetivos para a educação brasileira, com esse mote conseguiu mais parcerias com secretarias municipais e estaduais, além daquelas que já realizava a partir dos outros programas. Ele colabora com a Secretaria do Estado de São Paulo para o estabelecimento das Diretrizes estaduais para Educação Integral em todos os níveis de ensino. Para os anos finais do Ensino Fundamental, o Instituto promove também o Projeto Sala de Leitura (2010). Em seu site afirma que estão em desenvolvimento modelos inovadores de pedagogia, gestão, formação e avaliação. Em São Paulo, sua presença em escolas de período Integral e nas Salas de leitura no ano de 2014 foi substancial, atingindo mais de 330 mil alunos (321,640 para sala de Leitura e 18, 351 para Escola Integral), em 507 municípios e 1.500 escolas, formando 2,272 profissionais da educação para estas atividades.

Diante disso, o objetivo deste trabalho é identificar características e contribuições da produção acadêmica sobre o IAS, com foco nas análises dos resultados e conclusões dos trabalhos que compuseram o escopo da pesquisa. Os estudos de revisão ganharam terreno nas últimas décadas adquirindo importância no seio das pesquisas educacionais.

São importantes por identificarem fragilidades sobre o acumulado da área, o grau de diálogo entre as pesquisas, a duplicidade de estudos, racionalizando a produção científica de modo a auxiliar políticas de fomento à pesquisa e de otimização e dinamização dos trabalhos dos centros de pesquisa. Este tipo de estudo tem como objetivo principal partir da produção acadêmica já realizada para sintetizar ou mapear assuntos, temas, resultados, procedimentos, tipos de análise a fim de apontar lacunas e tendências.

Entende-se que as pesquisas são também parte do processo que estão estudando, por isso procurou-se estudar as características da produção acadêmica sobre o IAS e suas contribuições para os estudos de casos de programas implementados por instituições da iniciativa privada que se voltam para a educação pública. A análise do objeto das pesquisas, a saber, o Instituto Ayrton Senna e sua reinserção no contexto político de reestruturação do Estado brasileiro a partir dos novos avanços do capital segue-se à elaboração da análise metaanalítica que considera as pesquisas como parte da formação do consenso político. A pesquisa empreendeu uma revisão bibliográfica sistemática de produções acadêmicas sobre a atuação do IAS na educação pública, tendo como objetivo identificar características e contribuições das pesquisas com foco nas análises dos resultados e conclusões dos trabalhos. Outro objetivo foi o de analisar a produção acadêmica sobre o IAS como parte das pesquisas sobre o chamado terceiro setor, com foco nos resultados e conclusões desses estudos. Verificou-se que as publicações sobre o instituto compreenderam os anos de publicadas entre os anos entre 2002 a 2015.

A presente pesquisa pode ser classificada como uma revisão bibliográfica sistematizada (FERREIRA, 2009; FRANÇA; MATTA; ALVES, 2012). No entanto, não são bem claros os limites entre alguns tipos de pesquisas de revisão, por isso, alguns estudos autodeclarados revisões de literatura têm seus objetivos e métodos muito semelhantes aos que serão adotados neste trabalho. Dessa forma, “os resultados qualitativos e as condições de aquisição desses resultados necessitam ser agrupados e reagrupados de forma interpretativa, por semelhanças, para que possam responder à questão central de pesquisa proposta” (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014, p. 179).

Feito o levantamento e a coleta da produção acadêmica sobre o IAS, os trabalhos encontrados passaram por triagem para seleção daqueles que se enquadravam no critério estabelecido pela pesquisa, ou seja, ser tese, dissertação ou artigo acadêmico. Em consonância com os objetivos, procedeu-se ao estudo sistemático de trabalhos que analisaram os programas do IAS em primeiro plano, ou seja, cujo foco principal era a atuação do instituto. Os estudos que apresentavam como eixo análises gerais sobre o chamado terceiro setor e as parcerias público-privadas e analisaram o IAS apenas secundariamente foram descartados do levantamento. Para a coleta dos trabalhos foram utilizadas as seguintes palavras-chave: Instituto Ayrton Senna, Fundação Ayrton Senna e IAS.

Metodologia e procedimentos metodológicos

Inicialmente, foram selecionados todos os trabalhos em que tais descritores estavam presentes em pelo menos um dos itens a seguir: título, resumo ou palavras-chave. Era necessário que houvesse uma centralidade do IAS como objeto de estudo, pressupondo-se, portanto, que nesse caso os descritores não poderiam deixar de aparecer. Nessa coleta, realizada entre os dias 13 e 25 de março de 2016, foram examinados os bancos de teses e dissertações *online* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e os de todas as universidades estaduais e federais do Brasil. Também foram procurados trabalhos acadêmicos nos repositórios e portais de periódicos das instituições de ensino superior públicas. Os portais de periódicos das universidades agregam aqueles trabalhos produzidos por discentes e professores das próprias universidades. As revistas deveriam ser relacionadas à área educacional e quando isso não era evidente nos próprios títulos recorreu-se às apresentações para sanar as dúvidas. Esse critério de escolha dos periódicos deveu-se às características de atuação do IAS, todos os programas oferecidos pelo Instituto são voltados à área educacional, seja ela formal ou informal. Isso não significa que periódicos de outras áreas não tenham publicado artigos referentes à atuação do IAS.

Após esse levantamento foram encontrados 184 estudos, dos quais sete teses, 29 dissertações, 64 artigos, três trabalhos de conclusão de curso (TCC), uma monografia e 80 comunicações apresentadas em seminários e congressos científicos. Na primeira

triagem foram excluídas as comunicações, os TCCs e a monografia. Em seguida, foram retirados 28 artigos porque no corpo dos textos não havia referências acerca de quais periódicos provinham. Constatou-se que muitos desses estavam localizados em sites eletrônicos de congressos e seminários, mas outros eram publicações em revistas online. Por não apresentarem os dados referentes ao título do periódico, ano e edição, foram também excluídos. Quanto às teses e dissertações, após a coleta observou-se que, mesmo constando os descritores no título, resumo ou palavras-chave, três dissertações e uma tese não tinham o IAS como foco da discussão. Após tais exclusões, resultaram seis teses, 24 dissertações e 34 artigos, que compõem o escopo da presente pesquisa.

O conjunto de trabalhos analisados foi coletado em repositórios e bancos de teses e dissertações de instituições de ensino superior e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e na lista de periódicos da *ScientificElectronic Library Online*, a partir dos descritores Instituto Ayrton Senna, Fundação Ayrton Senna e IAS. A partir dessa busca, selecionaram-se 64 trabalhos, dentre os quais 24 dissertações, seis teses e 34 artigos. Em consonância com o objetivo desta pesquisa, foi realizada a leitura integral dos trabalhos. A partir dessa leitura, analisaram-se as características gerais dos trabalhos e as contribuições expressas nos resultados contextualização das iniciativas privadas do chamado “terceiro setor”, uma vez que elas exercem importante influência sobre a construção do objeto estudado. Com isso, foi possível reunir análises, resultados e conclusões das dissertações, teses e artigos sobre concepções, discursos e atuação do IAS na educação pública.

A produção acadêmica sobre o Instituto Ayrton Senna

Grande parte da produção encontrada provém de um projeto nacional de pesquisa interinstitucional sob coordenação nacional das professoras Vera Maria Vidal Peroni e Theresa Maria de Freitas Adrião, vinculadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), respectivamente. Portanto, algumas características dos estudos são decorrentes desse caráter integrado da pesquisa nacional.

Conforme os dados da tabela 1, dos 64 trabalhos encontrados, 54% são provenientes do grupo nacional. Para se chegar a essa constatação, observou-se a lista de integrantes do grupo nacional, conforme o relatório de pesquisa nacional (ADRIÃO; PERONI, 2011a).

Tabela 1 – Pesquisas interinstitucionais e não interinstitucionais sobre o Instituto Ayrton Senna

Tipo	Interinstitucional	Não interinstitucional
Tese	4	2
Dissertação	10	14
Artigo	21	13
Total	35	29

Fonte: o autor com base em dados da pesquisa (2016).

Das dez dissertações são originárias do grupo de pesquisa interinstitucional. As 24 dissertações foram publicadas entre os anos 2007 e 2014, houve concentração de produções no período de 2007 a 2011 (19 pesquisas). Em decorrência da orientação do grupo de pesquisas em questão, dez dissertações seguiram o critério de estudar um município por região do Brasil. Entre os 24 trabalhos, cinco dissertações dedicaram-se a estudar aspectos da atuação do IAS que não exigiam estudo de caso em municípios específicos.

Os resultados das pesquisas

Verificou-se que alguns trabalhos julgaram positivas as parcerias entre o IAS e municípios, na medida em que trouxeram bons resultados no que se refere à melhoria de índices educacionais como taxa de evasão, de repetência e de distorção idade/série. Das 65 pesquisas, seis avaliaram como positivas as ações do IAS; destas, três foram publicadas no período de 2002 a 2007 e três entre 2010 e 2014. As quatro primeiras pesquisas indicaram avanços a partir da forma como o IAS atua nas escolas, considerando os aspectos cognitivos e emocionais como importantes para a melhoria do desempenho dos alunos.

Outras pesquisas (4) indicaram que a melhoria da qualidade educacional residiria no maior empenho dos alunos e dos profissionais da Educação e na valorização de aspectos cognitivos e emocionais como fundamentais ao desempenho escolar. As pesquisas transferiram para os indivíduos problemas estruturais decorrentes da falta de investimentos em políticas educacionais ou da utilização precária desses recursos, ocasionando condições de trabalho e emprego também precárias, como indicado em várias pesquisas. A maior parte das pesquisas considerou as parcerias como negativas porque inseriram valores mercadológicos na escola pública e transformaram o papel do diretor em gerente-gestor, sendo ele o principal responsável pelos resultados educacionais da escola em que atua. A maioria concluiu que houve falta de transparência nas parcerias, além da introdução da lógica do mercado ou do quase mercado na educação pública, bem como mudanças nas legislações municipais, exigidas pelo IAS. Ressaltaram, ainda, que as fronteiras entre o público e o privado foram redefinidas diante de discursos e atuações estreitamente inspiradas pelo neoliberalismo, que encontrou na “nova socialdemocracia” os meios políticos para a descentralização da realização de serviços antes tidos como de responsabilidade do Estado.

Indicaram também que as parcerias entre o IAS e instituições públicas de ensino são parte de uma política mais ampla de redefinição do papel do Estado em relação aos direitos sociais, que tem buscado reforçar a hegemonia das classes dominantes no discurso sobre a educação pública e no espaço escolar. Nessa perspectiva, a sociedade civil tem sido interpretada como sinônimo de iniciativa privada, sem consideração aos antagonismos presentes numa sociedade dividida em classes.

O envolvimento das entidades do chamado terceiro setor na educação pública foi circunscrito na reordenação do capitalismo a partir de sua crise estrutural nos anos 1970. Nesses estudos, os autores associaram as mudanças nos municípios pesquisados a esse plano macropolítico, e para localizar os programas nesse panorama descreveram a trajetória do IAS e suas relações com a reestruturação do capital e o discurso hegemônico de descentralização dos serviços públicos, cujos três principais mecanismos seriam: privatização, publicização e terceirização, relegando ao Estado o papel de financiador e regulador. O neoliberalismo e a terceira via foram indicados como matrizes teórico-práticas com agendas políticas sobre as funções do Estado e devem ser entendidos como

construções teóricas que ultrapassaram o meio acadêmico para se tornarem proposições que disputam a hegemonia na sociedade.

Encontraram-se, de forma geral, construções argumentativas que ligaram os reformadores do Estado brasileiro a partir de 1995 (marco da maioria das pesquisas por conta do PDRAE) ao ideário neoliberal e/ou da terceira via. Observou-se que as dissertações e teses de autores que integraram a pesquisa interinstitucional aproximaram-se quanto à identificação desse panorama em que se desenvolveu o objeto de estudo.

Se se atentar para as 64 produções acadêmicas, grande parte entendeu que a reforma do aparelho do Estado a partir de 1995 foi influenciada por concepções de cunho neoliberal e da terceira via, mas a descentralização dos serviços sociais e as políticas públicas correspondentes foram baseadas especialmente nas premissas da terceira via; o Estado continuou financiando e fiscalizando a qualidade desses serviços, mas deixou parcialmente de executá-los, repassando-os para as entidades privadas que comporiam o chamado terceiro setor. Essa constatação foi mais recorrente nas pesquisas cujos autores integraram a pesquisa interinstitucional.

As orientações dos órgãos internacionais, o discurso neoliberal e da terceira via, as políticas públicas durante a década de 1990, principalmente o PDRAE, de 1995, seriam constituintes de um movimento ofensivo que visaria à expansão do lucro e à formação do consenso das classes hegemônicas, cujas premissas são baseadas nos valores de eficiência, eficácia e resultados, atingidos com baixo custo de execução. Alguns autores pesquisaram as bases teóricas das ações do IAS, na medida em que buscaram a relação entre as orientações de organismos multilaterais, como a Unesco e o BM, com os princípios que norteiam os programas do IAS, obtidos por intermédio de documentos de divulgação e materiais de apoio. A convergência de interesses entre as empresas que apoiam esses projetos, os organismos internacionais e as entidades de um quase mercado visam, a difusão de um novo perfil de sociabilidade baseado no ethos empresarial em torno do sistema do capital.

As ações do IAS inibiram a participação coletiva democrática na reelaboração constante dos projetos político- pedagógicos a partir da dinâmica escolar, ao centralizarem os problemas educacionais e os meios para resolvê-los na figura do diretor

escolar e dos integrantes das organizações sem fins lucrativos cujo campo de ação é voltado à educação pública. A centralização dos processos e a consequente falta de autonomia dos profissionais da Educação levou alguns pesquisadores a identificarem a precarização do trabalho desses profissionais, caracterizada também pelo caráter temporário dos contratos e baixas remunerações.

As pesquisas apontaram também a intensificação do trabalho dos professores, diretores e coordenadores pedagógicos. As atuações do IAS agravaram o quadro de precarização do trabalho e das formas de contratação, intensificando as atividades docentes ao estabelecerem metas e resultados a serem cumpridos independentemente das condições para sua realização, muitas vezes inadequadas.

Entende-se que esse modelo de atuação está alinhado com o que a maioria dos autores situaram como um modelo racional burocrático, que busca o empresariamento da educação pública no desenvolvimento de uma cultura da produtividade, na cobrança de resultados e metas. Essas ações inibem a participação coletiva democrática ao centralizarem os problemas educacionais e meios para resolvê-los na figura da direção escolar e nos integrantes das organizações sem fins lucrativos cujo campo de ação é voltado à educação pública. Uma das transformações mais identificadas, principalmente nas dissertações e teses, foi a mudança na escolha dos diretores a partir das parcerias do instituto com os municípios. A manutenção do cargo foi condicionada ao seu desempenho, e este à melhoria dos índices como evasão e taxa de repetência.

Das 24 dissertações, 22 corroboram a constatação de que as ações do chamado terceiro setor são ligadas ao discurso e às práticas baseadas na justificação da transformação dos direitos em filantropia, quando as competências do Estado são repassadas para entidades como o IAS. Muitos são os desdobramentos de tal perspectiva, e um dos principais é a consideração de que a busca pela hegemonia do poder não se restringe ao núcleo do Estado, mas transfere para a sociedade civil a importância estratégica da guerra de posições. A ideologia vai encontrar reprodução pelos intelectuais orgânicos das frações de classes em disputa por terreno, que, reproduzindo hábitos, costumes e opiniões, influenciarão a formação de consciência de classe (GRAMSCI, 2000).

Alguns autores indicaram que os profissionais da Educação, principalmente os professores e gestores, aderiram ao controle sistemático do cotidiano escolar, mesmo que isso tenha prejudicado seu trabalho houve a adesão aos parâmetros de qualidade baseados nas premissas do IAS e a consolidação de um consenso passivo tanto dos professores quanto das equipes gestoras responsáveis pelas decisões na esfera educacional. Fato que mostra a força dessa organização social não estatal no processo de regulação da educação pública, que se submete ao conceito e à retórica de modernização dos sistemas de ensino tangenciada pelo discurso de pedagogismo pragmático e tecnocrático. A busca pelo consenso passivo apresentada por esses autores pode ser entendida como um sinal de que as ações não se legitimam por si, mas precisam de reconhecimento, o que é alcançado de diversas formas.

Segundo os autores, a participação, a gestão e a autonomia figuram nos materiais e nos discursos do IAS, mas não têm o mesmo sentido que aqueles preconizados na Constituição Federal de 1998 e da construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996. Práticas como a sistematização dos dados (frequência, atividades, notas etc.) permaneceram mesmo depois das parcerias, as orientações dos programas eram tão difusas que entre o início e o término da parceria não houve organicidade entre os professores/gestores e os representantes do IAS, ou seja, o programa não trouxe mudanças para a escola, independentemente dos resultados alcançados.

Segundo Silva (2002, p.8), a escola incorpora e reproduz as práticas culturais desenvolvidas por iniciativas privadas e juntamente com o conteúdo programático de cada disciplina, veiculam-se “valores, imagens, hábitos, representações, normas de conduta, gestos e maneiras prescritos” (SILVA, 2002). Entende-se que as transformações do cotidiano escolar dependeriam também da formação dos professores, do consenso passivo dos diretores e da plausibilidade das metas e discursos.

Considerações finais

A iniciativa privada, apregoada como sinônimo de qualidade e eficácia pela *intelligencia* das reformas do aparelho de Estado no Brasil, na maioria dos programas aplicados em escolas públicas não conseguiram sequer cumprir as metas estabelecidas pelo próprio Instituto. O gerencialismo representando pela centralização dos processos

na figura dos diretores e representantes do IAS não demonstrou os resultados esperados, pois os índices educacionais como distorção idade-série, evasão idade-série e repetência diminuíram apenas em alguns municípios. O resultado geral dessas pesquisas, possível a partir desta revisão bibliográfica e do relatório da pesquisa nacional, pode demonstrar um exemplo de atuação de uma entidade do terceiro setor, que tem como característica principal sua rede de relações, com parcerias e apoio de empresas multinacionais e de grande porte, além disso, Viviane Senna faz parte do conselho nacional de educação e também tem cadeira na UNESCO. Essas relações somente aumentaram o capital político do Instituto, que no período estudado aumentou geometricamente o número de escolas em que atua, com exceção dos anos entre 2013 e 2015, onde houve um decréscimo do número de escolas onde atuou (ver tabela 2). Essa redução não significa necessariamente diminuição do grau de influência do IAS, que a partir de 2014 passou a influências secretarias municipais e estaduais a

Tabela 2 – Abrangência dos programas do Instituto Ayrton Senna

Ano/período	Municípios	Estados
1994-2010	1.372	26
2011	1.300	24
2012	1.300	24
2013	1.200	19
2014	700	19

Fonte: o autor, com base em: INSTITUTO AYRTON SENNA (2011, 2012, 2013, 2014, 2015).

Entende-se, a partir da produção bibliográfica estudada, que o IAS e sua relação com a rede pública de ensino estão inseridos no contexto de transformação do Estado brasileiro com diretrizes neoliberais, como a privatização e a terceirização. Esse movimento almeja tornar as escolas espaços de hegemonia das classes dominantes (NEVES, 2005). O que está em pauta nessas discussões é também o conceito de sociedade civil, o qual é interpretado muitas vezes como sinônimo de iniciativa privada desvinculada da configuração da sociedade dividida em classes antagônicas. Nessa perspectiva, o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção é importante para a configuração das organizações privadas e suas relações com a sociedade política. Considera-se, nessa perspectiva, que o mercado integra e é perpassado

pelas relações de produção na sociedade civil, mesmo que a separação entre ela e a sociedade política seja meramente metodológica (GRAMSCI, 2000).

Dois projetos em conflito para influenciar ou defender os rumos que a educação pública deve seguir. Por um lado, o gerencialismo, baseado na introdução de valores mercadológicos, transformando o diretor escolar em gerente-gestor, o qual seria responsabilizado pelos resultados da escola onde atua, na busca pelo cumprimento das metas e dos índices educacionais e a forma como estes seriam atingidos. O modelo para alcançá-los viria de pacotes de “soluções educacionais” elaborados externamente ao contexto dos profissionais da Educação participantes do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, haveria uma separação entre o planejamento e a execução (LÉLIS, 2007b).

Este projeto fundamenta-se na tese de que a qualidade da aprendizagem encontra-se na forma como se dá o processo educacional, de que a formação do cidadão e sua consequente socialização se dão desde a maneira como são conduzidas as decisões até a autonomia dos professores em elaborar e ministrarem suas aulas, buscando o conhecimento crítico e criativo como base para tais escolhas.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. **Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta educacional.** Relatório de Pesquisa CNPq, 2011a. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/peroni/docs/INSTITUTO%20AYRTON%20SENNA%20RELATORIO.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2016.

BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998.** Dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais, a criação do Programa Nacional de Publicização, a extinção dos órgãos e entidades que menciona e a absorção de suas atividades por organizações sociais, e dá outras providências. Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9637.htm> Acesso em: 7 jun. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A coisa pública.** O Estado de S. Paulo. São Paulo, 1 set. 1995. Espaço Aberto, p. 2.

Tópicos Educacionais, Recife, v. 24, n.2, p. 102-118, jul/dez. 2018.
Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/>>

CANDAU, Vera Maria. Reformas educacionais hoje na América Latina. In: MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.). **Currículo: políticas e práticas**. Campinas: Papirus, 2002. p. 29-42.

FERREIRA, Liliana Soares. A pesquisa educacional no Brasil: tendências e perspectivas. **Contrapontos** Itajaí, v. 9, n. 1, p. 43-54, jan./abr. 2009.

FRANÇA, Cristineide Leandro; MATTA, Karen Weizenmann da; ALVES, Elíoenai Dornelles. Psicologia e educação a distância: uma revisão bibliográfica. **Psicologia: Ciência & Profissão**, Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 4-15, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 3. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, Lúcia Maria

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Quem somos**. São Paulo. Disponível em: <<http://www.institutoayrtonsenna.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório anual de resultados 2014**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.institutoayrtonsenna.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Instituto-Ayrton-Senna-Relatorio-Anual-de-Resultados-2014.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório de resultados 2010**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.institutoayrtonsenna.org.br/relatorio2010>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório de resultados 2011**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.institutoayrtonsenna.org.br/relatorio2011/>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório de resultados 2012**. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.institutoayrtonsenna.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Relatorio-Institucional-2012.pdf>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Relatório de resultados 2013**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.institutoayrtonsenna.org.br/wp-content/uploads/2015/02/Relatorio-Institucional-2013.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

LÉLIS, Úrsula Adelaide de. **Políticas e práticas do “Terceiro Setor” na educação brasileira no contexto de reconfiguração do Estado**. 2007. Dissertação (Mestrado em

Tópicos Educacionais, Recife, v. 24, n.2, p. 102-118, jul/dez. 2018.
Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais/>>

Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007b.

MARTINS, André Silva; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. O controle social e as parcerias entre governos municipais e o Instituto Ayrton Senna. In:

PERONI, Vera; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Gestão municipal da Educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna**. Recife: Anpae, 2013. p. 126-146.

SILVA, Maria Vieira. O *ethos* empresarial na educação escolar: novos dispositivos, novas subjetividades. **Revista Trabalho e Crítica**, Florianópolis, n. 3, p. 183-200, 2002.

THOMAS, Gary; PRING, Richard. **Educação baseada em evidências: a utilização dos achados científicos para a qualificação da prática pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

VOSGERAU Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

Wanderley (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil**. São Paulo: Xamã, 2010. p. 23-38.